

A VIOLÊNCIA SEGUNDO A PERSPECTIVA DE MARTIN-BARÓ: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES AO SERVIÇO SOCIAL

Daniela Emilena SANTIAGO¹

RESUMO: Esse texto, de natureza teórica, busca trazer à tona a discussão sobre o conceito de violência, segundo a perspectiva do psicólogo salvadorenho Martin-Baró. Nesse sentido, cumpre-nos referenciar apenas que o autor em questão possui uma concepção crítica sobre a violência, e que, devido a isso pode oferecer importantes contribuições ao Serviço Social.

Palavras-chave: Violência; Martin-Baró; Serviço Social

1 INTRODUÇÃO

O estudo da violência ocupa atualmente diversos estudiosos das mais diferenciadas áreas de atuação, gerando por conta disso, distintas formas de compreensão de fenômeno. Ignacio Martin-Baró também debruçou seu olhar sobre a violência e elaborou uma concepção diferenciada, sobretudo crítica sobre tal fenômeno. Nesse sentido é preciso pontuar que tal autor recorreu à teoria marxista na elaboração de seus conceitos sobre violência, o que condicionou também seu pensamento sobre outros fenômenos como ideologia, poder e ação social.

É preciso realçar ainda que, Martin-Baró, além de escritor, foi psicólogo e atuou contra a repressão política em San Salvador, El Salvador, na América Central. Foi assassinado em 1996, enquanto exercia o cargo de reitor de uma das principais universidades de CentroAmérica, supostamente por membros ligados ao governo local. Estima-se que seu assassinato se deu justamente por denunciar as condições de vida e opressão de grande maioria da população salvadorenha e, sobretudo, por sua filiação explícita ao marxismo.

¹ Daniela Emilena Santiago é Assistente Social graduada pela Universidade Estadual de Londrina – PR, Especialista em Violência Doméstica pela Universidade de São Paulo e Mestre em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho”. Reside atualmente a Rua Ângelo Pagianotto, nº. 50, Centro, Quatá – SP, e-mail:santiago.dani@yahoo.com.br. Esse texto é resultado das aproximações com a teoria crítica em Psicologia decorrente da realização do Mestrado em Psicologia.

E é devido a isso que os conceitos elaborados por esse autor são tão importantes e interessam a todos que estudem ou trabalhem com a violência, inclusive ao Serviço Social. É de nosso conhecimento, entretanto que, a longa data o Serviço Social busca em outras ciências ou formas de conhecimento, um referencial teórico capaz de auxiliar sua reflexão e mesmo sua prática profissional. Especificamente, com a Psicologia, essas recorrências aconteceram, como é sabido desde as protoformas da constituição do Serviço Social enquanto profissão no Brasil.

No entanto, é lugar comum também, que em sua grande maioria, essas interlocuções não ofereceram ao Serviço Social contribuições condizentes com a concepção crítica que norteia (ou pelo menos deveria) a reflexão e a prática profissionais. Nesse sentido, a recorrência do Serviço Social a determinadas correntes psicológicas, sobretudo aquelas de base psicanalítica, vem no sentido a opor-se a sua concepção crítica e ontológica dos fenômenos da vida social, dentre eles a violência. Grosso modo pode-se dizer que, o Serviço Social que compreende o homem e a sociedade como resultado direto do desenvolvimento das condições histórico-sociais, não pode aceitar que esse mesmo homem e essa sociedade na qual está inserido seja compreendido apenas como resultado da influência de aspectos sexuais de cada indivíduo.

Entretanto, a interlocução entre o Serviço Social e a Psicologia não está totalmente comprometida. Isso porque a própria Psicologia operou um movimento de reconceituação, processado em diversos momentos e por diversos autores tais com L.S. Vigotski. L. Sève, I. Martin-Baró e por contemporâneos como Silvia Lane. Essa corrente crítica da Psicologia, a qual alguns autores denominam por Psicologia Social, recorreu também ao marxismo para compreender o desenvolvimento do psiquismo humano e de todos os fenômenos que regem a vida humana, buscando um rompimento com a predominância da crença disseminada na preponderância da função sexual no desenvolvimento dos indivíduos.

Nesse sentido, as formulações do psicólogo Martin-Baró sobre a violência servem como referencial ao Serviço Social, ou seja, são “formulações” que consideram o papel do desenvolvimento das condições econômico-sociais como basal no desenvolvimento do ser humano. E assim sendo, no texto que segue serão destacados os conceitos elaborados por tal autor sobre a violência.

2 A VIOLÊNCIA SEGUNDO MARTIN-BARÓ

Martin-Baró (2003) entende que a violência é um fenômeno de múltiplas formas de expressões, mas que possui algumas peculiaridades, as quais devem servir de orientação a qualquer estudo que se proponha desnudá-la.

A primeira dessas peculiaridades seria que a violência, independentemente de se tratar de atos agressivos ou da coerção, e independente de onde aconteça, sempre está relacionada à estrutura social.

Para o autor, a própria estrutura social seria o primeiro e grande exemplo específico e real da violência, mesmo que, em grande parte de sua manifestação, não faça uso da força física. A estrutura social, na sociedade capitalista, já é organizada de forma a sustentar a maior de todas as violências que seria a divisão de classes. Assim, para Martin-Baró (2003), a violência é, antes de mais nada, estrutural. Trata-se de uma estrutura que, para ele, deriva da maneira de a sociedade – no caso, a sociedade capitalista – organizar os meios de produção e de consumo. “Assim é possível falar de violência estrutural ou institucional, já que as estruturas sociais podem aplicar uma força que retire as pessoas de seu estado ou situação, o que lhes obrigue a atuar contra o seu sentir e parecer” (op. cit., 2003, tradução nossa²).

Aliás, o psicólogo salvadorenho se contrapõe a qualquer forma de explicar a violência, partindo de análises que se respaldem em aspectos biológicos ou sistêmicos. A característica dessas análises, segundo o autor, seria a possibilidade de recolocar a violência como sendo um problema individual, decorrente de condições de desenvolvimento biológico do indivíduo ou mesmo como se resultasse do não funcionamento de um sistema social específico.

² Así, resulta posible hablar de violencia estructural o institucional, ya que las estructuras sociales pueden aplicar una fuerza que saque a las personas de su estado o situación, o que les obligue a actuar en contra de su sentir e parecer (MARTIN-BARÓ, 2003, p. 75).

A violência estrutural se reproduz segundo Martin-Baró (2003) em outros momentos do fazer humano. Assim, a violência que ocorre no ambiente doméstico reproduz uma violência estrutural, já instalada.

Como tal, a violência estrutural se reveste de um caráter benéfico, ou seja, ela induz aos que são dominados para que não a percebam como “violência”, mas sim como um estado natural, esperado por aquela sociedade, tido como “normal”, “[...] já que é difícil provar que uma estrutura social pretende causar dano a alguém, em geral, a pretensão primária e objetiva das estruturas sociais é beneficiar alguém” (MARTIN-BARÓ, 2003, p.75, tradução nossa³). É o que Martin-Baró (2003) descreve como “valorização social” ou “justificação”, isto é, o valor que é dado a um ato e que o faz ser aceito, em uma determinada sociedade, sem que seja interpretado como violência, ou então algo que venha a “justificá-lo”. Essa seria a segunda “peculiaridade” da violência.

Martin-Baró (2003) aponta ainda que a compreensão da violência deva se orientar por alguns “pressupostos” e por certos “elementos constitutivos”. Enquanto “pressupostos” sobre a violência, ele salienta o fato de ser um fenômeno que possui múltiplas formas de expressão, que é dinâmico e que decorre do desenvolvimento histórico da humanidade. Já os “elementos constitutivos” são compreendidos como a estrutura dos atos, o caráter pessoal que lhes é conferido, o contexto onde se realizam e o fundo ideológico.

A violência é um fenômeno de múltiplas expressões, porque apesar de decorrer da violência estrutural, se manifesta em diversos espaços, momentos, instâncias. A violência nesses espaços “recupera” a violência estrutural e a reproduz em outros momentos da vida cotidiana do ser humano. Isso posto, a violência doméstica, a violência escolar e todas outras manifestações decorrem da estrutura social. Desse modo, é um fenômeno “dinâmico”, que acontece durante a atividade humana. Não é estático e se manifesta constantemente no cotidiano humano.

A violência é, ainda, o resultado das condições históricas e sociais por que passou o gênero humano e, por conseguinte, está atrelada à forma de organização da vida social. É isto que vem no sentido de definir o que é compreendido pelo homem enquanto violência e o que é interpretado como natural.

³ [...] ya que es difícil probar que una estructura social pretende hacer dano a alguien; em general, la pretensión primaria y objetiva de las estructuras sociales es beneficiar a alguien. (MARTIN-BARÓ, 2003, p. 75).

E é isso também que faz com que os atos de violência sejam mantidos ou reprimidos, já que todos os homens querem ser aceitos, querem se enquadrar nas normas da sociedade e, por conta disso, refutam atos que sejam reprováveis pelo grupo ao qual pertencem, o que depende essencialmente do nível de desenvolvimento da sociedade. Esses seriam, em resumo, os principais pressupostos apontados pelo autor, em relação à violência.

Exemplificando as colocações do autor, basta pensar sobre a infância, ou melhor, sobre o desenvolvimento do conceito de infância. Sabe-se recorrendo a Ariès (1978) que anterior ao século XVII, a infância não era percebida na sociedade medieval. Portanto, as crianças eram obrigadas dentre outras coisas a trabalhar, normalmente após os sete anos de idade. Hoje, o trabalho infantil até os 14 anos é proibido. Além de uma proibição legal, trata-se também de uma proibição moral. Assim, o desenvolvimento histórico da sociedade resultou em uma alteração da forma de conceber a infância e também de definir o que pode ser considerado como violência. Portanto o que é violência irá depender fundamentalmente do estágio de desenvolvimento da sociedade.

Retomando, acima foi destacado que Martin-Baró aponta também que a violência possui determinados “elementos constitutivos”. Quanto aos “elementos constitutivos”, vejamos algumas reflexões do estudioso.

Para Martin-Baró (2003), a estrutura do ato, aquilo que o compõe, também é dotada de amplitude, de sorte que muitos atos podem ser tidos como violentos – e, nesse ponto, o autor não restringe violência apenas ao emprego da força física. Assim, o que estrutura o ato como agressivo não é o uso da força física, mas sim a opressão, a submissão que o ato condiciona e o fato de tal ato possuir um objetivo, uma finalidade. Aliás, Martin-Baró (2003) destaca que a violência pode acontecer sem o uso da força física, destacando nesse sentido a importância de atos coercitivos. Martin-Baró (2003) ainda assevera que o que caracteriza um “elemento constitutivo” da violência em determinados atos é o fato de ele possuir alguma finalidade a ser alcançada, a qual sempre estará relacionada ao prejuízo de um lado, o lado agredido.

Martin-Baró (2003) faz questão de pontuar também que os atos de violência, apesar de determinados e relacionados à estrutura social, possuem imbricados o fazer pessoal de cada indivíduo, tanto de quem comete a violência

quanto de quem a recebe. É assim que a mulher agredida pelo esposo ou companheiro vai se lembrar de violência que vivenciou, com as características que o agressor a desempenhou; ou mesmo no caso da violência doméstica contra criança. A criança vai se lembrar da violência vivenciada e associa-la ao agressor. Isso faz com que grande parte das pessoas confirmem a violência a pessoas e não consigam contemplar sua raiz estrutural.

Assim, para Martin-Baró (2003), é a ideologia que confere ao ato violento a camuflagem como algo corrente, natural e “pessoal” e colabore para com sua aceitação. Por meio dos atos violentos, que muitas vezes não chegam sequer a serem percebidos pelas vítimas enquanto tais, são transmitidos valores, nos quais, dentre outros aspectos, se torna bem claro quem é dominado e deve obedecer e quem tem a condição de dominar.

Dessa maneira, tomando como alicerce as idéias de Martin-Baró (2003), é possível inferir que a violência não está limitada apenas a atos agressivos, pautados na utilização da força física, mas também mostra seu vigor através de atos coativos, como a violência psicológica e a negligência. Além disso, o fenômeno está totalmente associado à realidade social e sempre é desempenhado tendo em vista o alcance de um objetivo, uma finalidade específica, inclusive a finalidade econômica, ou “apenas” a submissão. Nesse sentido, muitas vezes se sublima como algo natural, com caráter benéfico, escondendo a relação de dominação de um pólo sobre o outro, mantida através de instrumentos ou meios de dominação, que são em grande parte subliminares. Esse fenômeno é, assim, algo que foi sendo construído durante a história social do homem e que, por conseguinte, está relacionado com a forma de apropriação e objetivação da cultura pelo gênero humano.

3 COLOCAÇÕES FINAIS: SERVIÇO SOCIAL E A PERSPECTIVA DE MARTIN-BARÓ SOBRE A VIOLÊNCIA

A história do Serviço Social enquanto profissão incluída na divisão sócio-técnica do trabalho revela uma busca por referenciais teóricos que embasem sua atuação prática e, sobretudo sua reflexão teórica. Nesse sentido, como já foi destacado acima, as apropriações indevidas, especificamente com relação as trocas com a Psicologia, aconteceram e vieram a condicionar de forma negativa a prática profissional. Note-se nesse sentido a influência da Psicologia durante as década de 20 e 30 onde a tônica do Serviço Social era o trabalho terapêutico junto ao indivíduo, expresso sobretudo em Mary Richmond. Tendência aliás que fora recuperada na década de 50 e que resultou no método Desenvolvimento de Comunidade, no qual predominou a perspectiva de adaptação do indivíduo ao meio.

Esse estado de “coisas” só veio a ser alterado a partir da crítica aos paradigmas teóricos e também ao fazer prático do Serviço Social após o Movimento de Reconceituação processado nas décadas de 70 e 80. Esse Movimento foi importantíssimo para o Serviço Social, sobretudo porque iniciou um processo de reconhecimento da teoria crítica, de recorrência ao Marxismo, como a possível para a fundamentação teórica do Serviço Social.

Atualmente, a influência da teoria crítica na formação profissional é percebida nitidamente e vem sendo consolidada por meio da elaboração do Currículo Mínimo e dos dispositivos como a Lei que Regulamenta a Profissão (8.662/93) e o Código de Ética dos Assistentes Sociais. Sobretudo, tal tendência se expressa no Compromisso Ético-Político defendido hegemonicamente pela categoria profissional do Serviço Social. O Projeto Ético-Político do Serviço Social é na verdade a imagem ideal da profissão, composto pelos “valores” que a legitimam, pela sua função social, por seus objetivos, seus saberes interventivos e também por seus conhecimentos teóricos (NETTO, 2006). É o Projeto Ético-Político que orienta o profissional para a ação.

Apesar disso, na sociedade chamada pós-moderna, o conhecimento passa a ser algo relativo, fragmentado e que por sua vez conduz a perda da visão

da totalidade. O indivíduo ganha força e isso se traduz na disseminação da crença de que o indivíduo é o único responsável pelo seu desenvolvimento enquanto ser humano (DUARTE, 2001; PATTO, 1999). Veicula-se a idéia de que cada ser humano é responsável pelo seu desenvolvimento, que cada qual possui condições inatas necessárias para alcançar seus objetivos pessoais e mais, que as oportunidades de desenvolvimento estão abertas a todas as pessoas. Isso não se aplica apenas à forma de pensar, mas afeta o fazer dos profissionais.

Nesse sentido, considera-se de suma importância o conhecimento teórico, apesar de haver dissidentes que insistem na premissa que “a teoria difere da prática”, na efetivação do Projeto Ético-Político do Serviço Social. Como esse conhecimento nem sempre é gestado dentro da categoria profissional, existe a possibilidade de recorrência a outras formas de conhecimento, desde que venham no sentido de não contrariar os princípios desse Projeto e que não busquem reforçar ainda mais o sistema econômico em sua fase neoliberal.

Isso posto, a Perspectiva sobre a Violência segundo Martin-Baró mostra-se condizente com os Princípios adotados no Projeto Ético-Político do Serviço Social e com todo o referencial crítico que deve orientar a profissão. E mais, rompe com a visão da violência influenciada pelo “biologismo” e pelo “funcionalismo”. Nesse sentido, traz à violência atrelada a estrutura social, colaborando com a percepção da visão do fenômeno em sua totalidade e não de forma fragmentada.

Mesmo quando destaca que a violência possui um “caráter pessoal” Martin-Baró não estabelece uma relação causal, como se a violência fosse responsabilidade individual. Antes, o autor, a todo momento, reforça que o fazer pessoal é condicionado pela atividade humana e pelos processos de objetivação e apropriação da cultura. Assim, as ações do indivíduo são condicionadas por sentidos que ele construiu durante sua relação estabelecida com o mundo. , portanto influenciada pela estrutura social, que nos termos do autor é a maior das “violências”. Aliás, quando Martin-Baró se refere aos “elementos constitutivos” e aos “pressupostos” da violência, apenas indica traços singulares em relação ao fenômeno, mas compreende esses “traços” relacionando-os a totalidade e não os observa de maneira fragmentada.

Isso deve interessar não apenas à aqueles que estudam ou que trabalham com a violência, mas a todos Assistentes Sociais, já que a violência está presente em todo o fazer do ser humano, quer seja subliminarmente quer seja de maneira explícita, quer se manifeste em atos violentos quer aconteça por meio de atos coercitivos e a todo momento será estabelecido contato direto com tal fenômeno.

Mais que isso, a apropriação do Serviço Social com relação às colocações de Martin-Baró representam a possibilidade de trocas entre o Serviço Social e a Psicologia. Outros autores tais como L.S. Vigotski, A. Leontiev, L. Sève devem ser objeto de pesquisa do Serviço Social e podem colaborar no sentido de aprofundar o conhecimento sobre o ser humano, sem que para isso se contradigam os fundamentos críticos que devem orientar a profissão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vigotski**. Campinas, SP: Autores Associados, 2001.

MARTIN-BARÓ, I. Las raíces estructurales de la violencia *In*: MARTIN-BARÓ, I. **Poder, Ideología y violencia**. Madrid: Trotta, 2003.

MARTIN-BARÓ, I. El poder social *In*: MARTIN-BARÓ, I. **Sistema, Grupo e Poder**. Madrid: UCA, 1989.

NETTO, J.P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. p.01-22, 2006.

PATTO, M. H. de S. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.